



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 12/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Ministros do STF decidem que sindicatos podem cobrar contribuição de não sindicalizados

O STF (Supremo Tribunal Federal) chegou nesta segunda-feira (11) ao total de 11 votos no julgamento que discute se sindicatos podem cobrar contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados.

Os ministros entendem que é válida a obrigação do recolhimento da cobrança. O trabalhador, para não pagar, terá de se valer do direito de oposição —ou seja, terá de dizer que é contra.

O processo discute a situação de um sindicato do Paraná. Apesar disso, o caso tem repercussão geral e valerá para todas as entidades do país.

A contribuição assistencial é aquela que financia as negociações coletivas realizadas pelos sindicatos.

No formato virtual, ministros depositam seus votos no sistema eletrônico da corte e não há discussão presencial sobre o tema.

Até o fim do prazo, pode haver mudanças de posição, pedidos de vista (mais tempo para análise) ou destaque (levar ao plenário físico).

Contribuições pagas pelos trabalhadores aos sindicatos estão em discussão no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como forma de financiar as entidades, desde que aprovadas em assembleia, após o fim do chamado imposto sindical na reforma trabalhista.

Até 2017, os sindicatos recebiam por ano cerca de R\$ 3 bilhões com as antigas regras. Desde então, perderam essa fonte de custeio.

A contribuição assistencial, no entanto, difere das contribuições sindicais, que custeiam o sistema sindical; e confederativa, que banca a cúpula do sistema sindical.

Porém, na lógica da reforma trabalhista de Michel Temer (MDB), cabe aos empregados declarar que desejam contribuir com financeiramente as entidades, não o contrário. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 12 de setembro.

### Governo prevê resistência no Congresso a mudanças no saque-aniversário do FGTS

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende trabalhar com rapidez para enviar, nas próximas semanas, o projeto de lei que altera as regras do saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Apesar disso, Palácio do Planalto e líderes no Congresso acreditam que a proposta pode enfrentar dificuldades durante a tramitação. Isso porque há a avaliação de que deputados e senadores resistem a modificar ou abolir uma regra que eles próprios aprovaram.

A proposta que possibilita a liberação do saldo do FGTS para quem optou pelo saque-aniversário nos últimos anos e que não conseguiu acessar os recursos ao ser demitido já foi encaminhada há cerca de um mês do Ministério do Trabalho para a Casa Civil.

O Palácio do Planalto está trabalhando para garantir a viabilidade econômica da medida, por isso está ouvindo todos os ministérios envolvidos no processo.

Interlocutores no Planalto afirmam que não há divergências entre os ministérios em relação à proposta. Até mesmo a equipe econômica —em particular o ministro Fernando Haddad (Fazenda)— demonstrou que não se opõe à medida.

No entanto, o governo reconhece que a proposta vai enfrentar dificuldades no Congresso em um momento em que a equipe econômica trabalha pela aprovação de outras propostas. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 12 de setembro.

## **Pela terceira semana, mercado aumenta previsão de crescimento da economia**

Mantendo a trajetória favorável na avaliação da economia brasileira, o mercado elevou, pela terceira semana seguida, a previsão para o crescimento da economia brasileira, que passou 2,56% para 2,64%. A estimativa consta no boletim Focus, do Banco Central, divulgado nesta segunda-feira (11).

A alta em relação ao prognóstico da semana passada foi de 0,08 ponto percentual — naquele momento, a projeção já havia passado de 2,31% para 2,56%. A expectativa de expansão do PIB segue para os próximos anos: para 2024, passou de 1,32% para 1,47% e para 2025 e 2026, saiu de 1,9% para 2%.

A avaliação reflete os dados positivos que têm sido colhidos na economia brasileira e que também ficaram acima do que os analistas do mercado esperavam. No segundo trimestre do ano, a economia brasileira cresceu 0,9%, na comparação com os primeiros três meses de 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao segundo trimestre do ano passado, a economia brasileira avançou 3,4%. O PIB acumulou alta de 3,2% em 12 meses e de 3,7% em seis meses.

Quanto à taxa de juros, o mercado aposta que encerrará 2023 em 11,75% ao ano — hoje, a taxa está em 13,25%, considerada ainda a mais alta do mundo em termos reais (descontada a inflação).

Para o fim de 2024, a estimativa é que a taxa básica caia para 9% ao ano. Para os dois anos seguintes, a previsão é de que a Selic fique 8,5%.

No que diz respeito ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — considerado a inflação oficial do país — houve elevação de 4,92% para 4,93% e de 3,88% para 3,89% para o próximo ano. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5%, índice que não sofreu alteração.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 12 de setembro.

## **Inflação acelera para 0,23% em agosto, mas fica abaixo das projeções**

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acelerou para 0,23% em agosto, após subir 0,12% em julho, apontam dados divulgados nesta terça-feira (12) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mesmo com a aceleração, o novo resultado ficou abaixo da mediana das previsões do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,28% no mês passado.

Com os dados de agosto, o IPCA acumulou inflação de 4,61% em 12 meses. Nesse recorte, a alta era de 3,99% até julho.

O IPCA serve como referência para o regime de metas do BC (Banco Central). No acumulado de 2023, o centro da medida perseguida pela autoridade monetária é de 3,25%.

A tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar dentro desse intervalo até dezembro.

A inflação acumulada, contudo, acelerou no começo do segundo semestre, em um movimento aguardado por analistas.

Parte desse cenário está associada à base de comparação. É que o efeito das deflações (quedas) registradas no segundo semestre de 2022 sairá da base de cálculo do IPCA em 12 meses até dezembro.

Na segunda metade do ano passado, o índice havia perdido força com a redução artificial dos preços de itens como os combustíveis.

A baixa ocorreu em meio ao corte de tributos promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas das eleições.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 12 de setembro.